

MEMÓRIA

1 – Participantes

ENTIDADES	REPRESENTANTES / CONVIDADOS
ACESE	Wladimir Alves Torres
ASSEDIS	Diego Rossini Albuquerque
CDL	Breno Barreto
FECOMÉRCIO	Ancelmo de Oliveira
FAESE	Dênio Augusto Barreto
FENEN	José Joaquim Macedo
FIES	Rodrigo Rocha
SEBRAE	José Leite
SESCAP	Suzana Souza S. Nascimento
SESCAP	Gleide Selma Santos
SINCOR	Erico José Melo Nery
SINCOR	Antônio Ferreira M. de Albuquerque
SINCODIV	Willian Gonçalves Lott
SINCODIV	Daniel Alcântara
SINDESP	Marco Aurélio Pinheiro Tarquínio
SINDETUR	Ravison Silva de Souza
Conselho Superior	Geraldo Soares Barreto
Conselho Superior	Jorge Santana de Oliveira
Conselho Superior	Luiz Eduardo de Magalhães
Conselho Superior	Roger Dantas Barros
Conselho dos Jovens Empresários	Robson Pereira
Fórum (Coordenador)	Alexandre Porto
Fórum (Assessoria de comunicação)	Larissa Souza
Fórum (Assessoria Jurídica)	Milla Fonseca
Fórum (Secretário Executivo)	Márcio Monteiro

2 – Pauta

2.1 Aprovação da memória da reunião de 04.08.2015

Alexandre Porto

Abriu a reunião dando boas vindas a todos, em especial ao vice-presidente do Sincodiv, Daniel Alcântara, que participa pela primeira vez da reunião. Em seguida, submeteu à apreciação dos presentes a memória da reunião de 04.08.2015, encaminhada por e-mail pela Secretaria, que foi aprovada sem ressalvas.

2.2 Informes da Coordenação / Entidades

Alexandre Porto

Informou que aos poucos Diretoria está conseguindo adequar o orçamento do Fórum após o realinhamento e providências junto aos associados. A adesão de mais nove entidades, e mesmo com alguma inadimplência, as contas passarão a se comportando dentro do esperado. Assim sendo, contratamos uma assessoria de comunicação, que doravante ficará a cargo da jornalista Larissa Souza.

Comunicamos o envio de cartas ao Dnit, sendo a última destinada ao novo superintendente do órgão, engenheiro Ismael Silva, que respondeu de pronto e sem objetividade ao nosso questionamento sobre o início das obras no buraco do km 94, da BR 101. Porém, em recente entrevista coletiva, o próprio Superintendente confirmou o início das obras em 8 de setembro próximo, e como de praxe lá estaremos para conferir a promessa. Sabemos que a obra não é simples, embora o órgão tenha sido anunciado a conclusão da obra no prazo de 150 dias.

A aprovação da Lei Estadual 7.996/15, que introduziu no Estado a contratação exclusiva das micro e pequenas empresas nos certames licitatórios de até R\$ 80mil; a exigência de subcontratação nas aquisições de obras e serviços e a cota de até 25% nas aquisições de bens divisíveis, que ensejou a entrega em comissão de expedientes do Fórum para alguns gestores públicos. Primeiramente para o Presidente do TCE, Sr. Carlos Pinna, e em seguida para os Secretários Planejamento, Orçamento e Gestão de Sergipe e da Capital, Srs. João Augusto Gama e Igor Albuquerque, respectivamente. Foi reforçado junto aos gestores visitados sobre a necessidade de priorizarem, sempre que possível, os pregões presenciais, como medida de apoio aos empreendedores locais no momento de crise tão aguda da economia.

2.3 Discussão e encaminhamentos sobre temas: BR 101. IPTU, Merenda Escolar e Taxa de Publicidade da PMA

Alexandre Porto

Como a questão da BR 101 foi em princípio resolvida a partir da definição de data para início das obras de recuperação do buraco do km 94 para o próximo dia 8 de setembro, restam três outros assuntos que ficaram para ser discutidos e priorizados. São eles: Merenda Escolar, IPTU e Taxa de Publicidade da PMA. A esses temas foi adicionada a questão do Plano Diretor de Aracaju, que vem sendo debatido em audiências públicas nos bairros da Capital. Solicitou inicialmente que Ancelmo se manifestasse sobre o IPTU, assunto cujo debate foi iniciado durante a sua gestão. A preocupação não é com a atualização do valor venal dos imóveis realizada pela Prefeitura para aplicação do cálculo do Imposto, mas com a previsão de reajustes estabelecidos em lei de até 30% para imóveis e 60% para terrenos, ao longo dos próximos oito anos. Certamente teremos em fevereiro de 2016, empresários reclamando novamente do IPTU, logo alguma coisa precisa ser feita para que se evitem surpresas desagradáveis nos próximos anos. Afinal, qual deverá ser o encaminhamento do Fórum nessa questão?

Ancelmo de Oliveira

Pedi ao advogado Cleverson Chevel que posicionasse o Fórum sobre as ações em andamento.

Cleverson Chevel

Disse não ter novidade sobre as ações em andamento. Como sugestão, lembrou que na reunião com o Prefeito, realizada na gestão de Ancelmo, ficou acordada a formação de uma comissão para junto à Prefeitura verificar a real disposição do executivo municipal em rever alguns pontos do dispositivo legal. Porém, informou que teve conhecimento através de colegas advogados que a Prefeitura necessitava aprovar a lei para cumprir prazo e que por conta disso deixou de propósito uma boa margem para negociação futura, uma vez que não havia dúvidas

quanto ao ajuizamento de ações questionando o abuso na correção de valor do Imposto. Pensa que se após a realização de algumas reuniões com a Comissão indicada pelo Prefeito, não ficar clara a disposição da Prefeitura em rever o texto legal, o Fórum poderia então aderir e reforçar as ações em andamento, pressionando no sentido de que os processos efetivamente cheguem o mais rápido possível ao STJ.

Marco Pinheiro

Temos duas maneiras de nos mobilizarmos: A via judicial e a pressão via política. Devemos fazer uma mobilização política apartidária, a exemplo dos movimentos sociais, que têm dado provas de que somente com pressão as categorias profissionais têm conseguido resposta e avanços nos seus interesses. Se continuarmos assim teremos o mesmo desfecho nas questões da Taxa de Publicidade quanto no Plano Diretor. A ação deve ser pontual e efetiva, mas no caso do IPTU, sem desmerecer a importância do debate, acredita que a solução eficaz só se dará pela via política.

Alexandre Porto

Lembrou aos presentes que para o Fórum aderir a qualquer ação deve, conforme previsto no Regimento aprovado em 2013, ter a unanimidade de votos de seus membros. O que não deixa de ser um complicador, ficando mais fácil cada entidade aderir individualmente às ações em curso, assim como fez recentemente a CDL.

Milla Fonseca

Manifestou a sua concordância com os posicionamentos de Alexandre e Marco em relação ao IPTU. Colocando-se à disposição para qualquer que seja o encaminhamento jurídico do Fórum.

Cleverson Chevel

Sugeriu a formação de um grupo de integrantes do Fórum para tratar especificamente do assunto IPTU com uma comissão nomeada pelo Prefeito e em seguida dar conhecimento dos encaminhamentos à imprensa. Uma visita ao Secretário de Finanças Jair Araújo, dizendo da disposição manifestada pelo Prefeito de dialogar com os empresários sobre o IPTU talvez seja a forma ideal de retomada desse processo.

Wladimir Torres

Concordou com a adesão das entidades às ações em andamento como fez a CDL. Quanto à Taxa de Publicidade sugeriu que seja solicitada a prorrogação da cobrança, uma vez que foram feitas apenas as notificações, no sentido de que possa ser aberto debate sobre o assunto com o Município.

Ancelmo de Oliveira

Pensa que procurar o Secretário de Finanças possa ser pior a alternativa menos indicada, já que o mesmo poderá alegar estar há pouco tempo na pasta precisando de mais tempo para analisar a questão.

Geraldo Barreto

Acredita que a justiça seja um bom caminho, faltando as entidades se envolverem de fato nas ações, mas que não descarta a possibilidade de uma reunião prévia com o Secretário da Municipal da Fazenda.

Alexandre Porto

O caminho judicial seria a adesão à ação do Ministério Público Estadual. Quanto ao encaminhamento institucional, irá procurar o Secretário Igor Albuquerque, para solicitar que ele marque uma reunião com as presenças de Jair e Walker, para tratar de IPTU e Taxa de

Publicidade. Disse que tem visitado autoridades do Poder Público estadual e municipal sobre a necessidade de construção de uma agenda conjunta e de destravar alguns problemas, que a crise não é só nos governos, mas também nas empresas. Reforço na reunião com o Secretário Igor sobre a necessidade de discussão do IPTU e da Taxa de Publicidade, assim como a reativação das comissões e do Conselho de Desenvolvimento Econômico, criado ao final do mandato de Edvaldo, mas que ficou no papel. Submeteu aos presentes a aprovação do encaminhamento institucional, obtendo aprovação unânime. Concluiu questionando os presentes sobre qual será o encaminhamento do Fórum em relação ao Plano Diretor?

Jorge Santana

Sugeri que tivéssemos alguma assessoria que pudesse extrair do Plano os pontos mais importantes e críticos, identificando aqueles pontos que irão impactar na atividade produtiva e no dia-a-dia das empresas, sobretudo em relação aos Códigos de Obras e o de Posturas.

Marco Pinheiro

Concorda que as entidades se juntem na contratação de uma assessoria que analise o Plano Diretor e ofereça um resumo daquilo que realmente possa impactar na atividade empresarial.

Luiz Eduardo de Magalhães

Sugeri que primeiramente fosse convidado o responsável pelo Plano Diretor na Prefeitura para fazer uma explanação sobre o tema em reunião do Fórum.

Alexandre Porto

Colocou em votação a proposta de Luiz Eduardo, que foi aprovada por todos.

Geraldo Barreto

Propôs que a Coordenação fizesse uma correspondência ao Ministério Público Estadual manifestando a solidariedade do Fórum Empresarial na apuração rigorosa dos desvios da merenda escolar, destacando que os empresários envolvidos nesses escândalos são exceções, pois a maioria da classe é constituída por pessoas que trabalham pelo desenvolvimento econômico e na geração de empregos.

Alexandre Porto

Sugeri manifestação de apoio ao Ministério Público quanto a apuração sobre desvio de recursos públicos das verbas de subvenções. Por fim, propôs que fosse agendado ato com participações de representantes do MPFSE e MPE, no qual o Fórum pudesse demonstrar à sociedade a sua adesão à campanha das “10 Medidas Contra a Corrupção” e o repúdio e rigor na apuração de desvios das subvenções e licitações da merenda escolar. Submetida aos presentes, a proposta foi aprovada.

2.4 Apresentação: “Movimento Compre do Pequeno Negócio”- Superintendente do Sebrae, Emanuel Sobral

José Leite

Trata-se de movimento que procura sensibilizar o público sobre a importância de comprar produtos e serviços dos pequenos negócios. Promover esse tipo de consumo significa ganhos para toda a economia, principalmente a local, pois ajuda a estabelecer um comércio mais justo por meio, por exemplo, da criação de empregos para a comunidade e de uma melhor distribuição de renda.

Diálogo, agenda, crise e oportunidades são algumas palavras pronunciadas nessa reunião que têm tudo a ver com esse Movimento Compre do Pequeno Negócio, evento que será incorporado ao calendário anual das empresas e o dia escolhido para a celebração foi 5 de outubro (Dia da Micro e Pequena Empresa). Trata-se de uma mobilização para valorizar o

pequeno empreendimento pelos benefícios que proporcionam na sua região. O Sebrae com apoio de parceiros irá disponibilizar de 21 a 26 de setembro, 9 tendas no Estado, que contarão com palestras e oficinas em: Aracaju (Centro e Bairro Santa Maria, Tobias Barreto, Lagarto, Estância, Itabaiana, Nossa Senhora da Glória e Nossa Senhora do Socorro. Haverá uma Rodada de Negócios Multisetorial nos dias 29 e 30 de setembro (com ofertantes e demandantes). Em 1º de outubro será realizado o Fomento Estadual e o evento Mercado do Produtor Rural, com foco na Agricultura Familiar, no dia 5 de outubro de 2015.

2.5 Resumo da Reunião com a SEFAZ – José Heraldo de Oliveira

Suprimido e transferida para outra reunião.

2.6 Apresentação jurídico-tributária – Cleverson Chevel

Cleverson Chevel

Inicialmente, para informar que o Deputado André Moura é o relator da Reforma Tributária. Comunicou a realização de reunião específica com a Sefaz na qual foi discutida a questão das discrepâncias entre multas aplicadas pela Fazenda em relação ao valor das operações. As sugestões foram acolhidas com simpatia pelos técnicos do Fisco e deveremos ter retorno em breve. Cleverson abordou o Boletim esclarecendo alguns pontos e tirando dúvidas. Destacou a sua convicção sobre a inconstitucionalidade da cobrança do ICMS Antecipado, em razão do tributo não ser cumulativo de acordo com a Constituição, que um momento me débito e no outro me crédito do imposto. O fato de ser enquadrado no Simples nacional, no seu entendimento não afasta a aplicação da regra da não cumulatividade do imposto.

2.7 Definição do próximo tema e palestrante

Ficou definido que a próxima palestra será com o Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão de Aracaju, Sr. Igor Albuquerque, pra falar sobre o Plano Diretor.

2.8 O que ocorrer.

Jorge Santana

Disse que em evento recente evento da Acese esteve conversando com o Magnífico Reitor da Universidade Federal de Sergipe e ficou sabendo que a instituição está buscando sugestões de nome que identifique o novo Campus do Sertão, unidade que já encontra-se em atividade no município de Nossa Senhora da Glória. Como o ex Governador Marcelo Déda foi um dos precursores e empenhou-se o quanto pôde na concretização desse projeto, propôs que o Coordenador submetesse a proposta à aprovação e que havendo a concordância de todos, que o Fórum produza um expediente à Universidade oferecendo essa sugestão o nome de batismo de Campus Governador Marcelo Déda.

Alexandre Porto

Submetendo a proposta aos presentes e não havendo manifestação de objeção, a proposta foi aprovada.

Nada mais havendo para tratar, o Coordenador agradeceu a apresentação de José Leite e a presença de todos os presidentes e convidados, dando por encerrada a reunião.